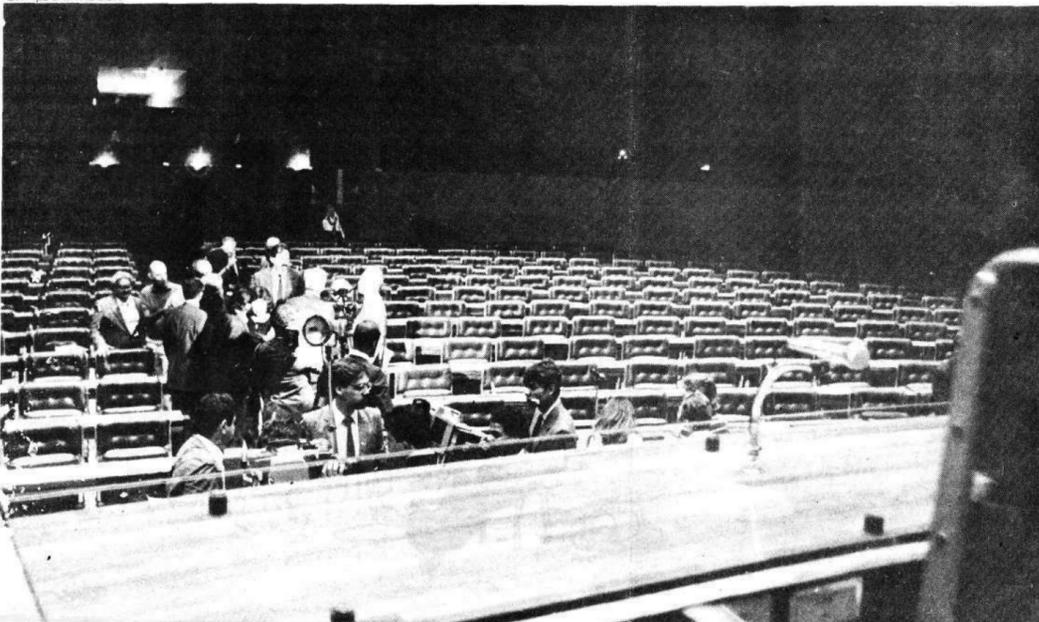


# Ausência de Cabral esvazia a primeira reunião

A Comissão de Sistematização, em 40 minutos, nada decide e nem o anteprojeto foi lido

GIVALDO BARBOSA



A reunião foi no plenário da Câmara, havia quorum mas o relator da Sistematização não compareceu

## Constituinte entra em conflito com militares

TARCISIO HOLANDA  
Repórter Especial

### “Governo se submete ao FMI”

O líder do PL no Senado, Itamar Franco (MG), condenou ontem o Governo por ter submetido aos representantes do FMI o plano econômico do ministro Bresser Pereira antes que a Nação dele tenha conhecimento. “Nos, brasileiros, não merecemos a confiança do Governo, que preferiu revelar nossos segredos ao FMI” — observou.

Para Itamar Franco, o Governo está muito preocupado em agradar o FMI porque fracassou ao decretar a moratória, que foi apenas uma manobra política. “O que aconteceu, na época, é que não tínhamos dinheiro para pagar os débitos e o Governo inventou a moratória para não confessar essa situação.”

### ACOMODADAÇÃO

Ex-senador do PMDB, Itamar Franco lembra que se isso ocorresse no Governo de alguns dos generais, o mínimo que seria pedido era a demissão do Ministro da Fazenda. O PMDB, a seu ver, proporia o impeachment do Presidente da República sob a alegação de que estava submetendo o País ao FMI.

O Governo atual, porém, quis encobrir a verdade com a alegação de que o FMI é que estava concordando com nossa política econômica e seus representantes nem sequer entrariam no Palácio do Planalto. O que está acontecendo é uma resultante da descaracterização e fracasso do PMDB, cujo presidente, Ulysses Guimarães, afirmou, no início da Nova República, que o Brasil jamais recorrerá novamente ao FMI.

Defensor da moratória e da denúncia da dívida externa, Itamar Franco lamenta que o Governo tenha deixado a oportunidade de fazê-lo, ou seja, quando o País dispunha de reservas de quase US\$ 10 bilhões. “O Governo só decretou a moratória quando as reservas tinham caído para menos de US\$ 3 bilhões e ele ficou sem condições de saldar a dívida. Alegou, para enganar o povo, que estava defendendo nossa soberania, mas esqueceu-se de fazê-lo em outras ocasiões”.

O argumento de que a soberania está salva porque a missão do FMI não entrou no Palácio do Planalto parece-lhe ridículo. “Eles não subiram a rampa mas foram conhecidos os subterrâneos do Ministério da Fazenda, conhecer todas as nossas contas, que são mantidas secretas para o povo. E para nós parlamentares. E, no entanto, a Nova República, o Governo Sarney, começou dizendo que seria transparente”.



Itamar Franco

### Pires muda a Bahia ‘moralmente’

Salvador — “Estamos mudando a Bahia não apenas materialmente, mas também moralmente”, afirmou o governador Waldir Pires, ao fazer uma avaliação dos 100 primeiros dias de sua administração, num pronunciamento pela televisão, neste fim de semana. Ele lamentou não ter realizado, nesse período, todo os projetos que desejava, em face das dificuldades financeiras do Estado, agravadas pela crise econômica que atinge o País, mas destacou alguns avanços na luta pela moralização da administração pública.

— Eliminamos as mordomias, pondo fim ao uso abusivo dos carros oficiais, combatemos o desperdício de todos os tipos; determinamos a apuração rigorosa de todas as formas de corrupção para que cesse a impunidade — disse Pires, acrescentando ainda ter determinado a publicação diária do fluxo de caixa do Estado, “para que todo cidadão acompanhe quanto o Governo arrecada e o que é que está se fazendo com o dinheiro do contribuinte”.

O governador citou algumas obras que conseguiu executar — reativação do Pronto-Socorro da capital; recuperação do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e de dezenas de escolas, entre outras —, antes de ser obrigado a determinar a suspensão temporária de novos investimentos, para poder continuar pagando o funcionalismo e garantindo o funcionamento dos serviços públicos indispensáveis.

A grande publicidade dada ao incidente de quinta-feira no Rio de Janeiro envolvendo manifestantes contra o presidente Sarney e seus acompanhantes, que se achavam em um ônibus e, principalmente, o notório desejo do Palácio do Planalto em lhe atribuir a gravidade de um atentado ao Presidente da República, contribuíram para consolidar a impressão de alguns observadores de que algo de muito grave ocorre na política brasileira pondo em risco o nosso lento processo de transição.

Ha muitos elementos que reforçam essa conclusão. Em primeiro lugar, a alta hierarquia militar mostra-se profundamente irritada com o alto grau de soberania de uma Constituinte que, segundo sua ótica de visão, deveria ter limitado o seu caráter ao de uma Congresso Constituinte. Muitos chegam a considerar que seria mais do que suficiente, nas circunstâncias, uma emenda constitucional.

Destaca-se também a irritação evidente em que ficaram altas patentes militares com os termos da anistia concedida pela Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, que teve como relator-geral o senador gaúcho, Paulo Bisol — a qual previa não apenas o pagamento de todos os atrasados, como a reintegração dos punidos desde 1961, reintegração considerada inaceitável pelos militares.

Ha outro fator de ordem estratégica que explica a reação do estamento militar com a dessembarcada ação dos constituintes. Algumas decisões excessivamente liberalizantes no campo social se encarregariam de inviabilizar a estrutura econômica nacional, pondo a per-

der o grande esforço feito durante a fase de intervenção militar e a qual perseguiu, como é mais do que notório, o sonho do Brasil-potência.

São consideradas liberalidades excessivas, naqueles setores, a estabilidade do emprego a os três meses de carteira, as férias em dobro ou a redução da jornada de trabalho das 48 para as 40 horas semanais. Costuma-se lembrar que o Japão, uma das potências de primeira grandeza da atualidade, continua obrigando seus trabalhadores a jornadas de 48 horas semanais.

As aberturas sociais dos constituintes estariam destinadas a inviabilizar a prática do capitalismo moderno no Brasil. E poriam por terra os sonhos de grandeza desses meios, que reservam para o Brasil, na virada do século, lugar de relevo entre as maiores potências econômicas do mundo. Essa visão não está de todo destituída de certa razão, segundo a análise que fazem os especialistas na matéria.

A assessoria do Senado, hoje integrada, graças a concurso público, por alguns dos grandes especialistas do País em diversos campos do conhecimento, fez uma análise dos diferentes textos preparados pelas comissões temáticas cujas conclusões são francamente desalentadoras, em termos de qualidade e de congruência.

Segundo essa análise, os diferentes textos compõem um conjunto disforme, heterogêneo e caótico, de tal forma que uma leitura, ainda que perfunctória, conduz à conclusão de que a nova redação constitucional levaria o Brasil a uma confusão de temas mistos difíceis de uma definição clássica. A irritação dos militares, portanto, tem a sua razão de ser, embora a convicção geral seja de que acabe prevale-

cendo o bom senso quando da votação das matérias em plenário.

Finalmente, em matéria de organização do Estado, a alta hierarquia militar e a classe dirigente brasileira não aceitam a tendência parlamentarista dominante na Constituinte. Essa tendência constitui um tipo de parlamentarismo que, marcando um conflito insuperável entre o Presidente da República e o primeiro-ministro, reservaria para o País um governo anárquico e caótico.

A decisão é manter, a qualquer custo, o sistema presidencialista, admitindo-se apenas algumas concessões ao Parlamento, isso se ainda conseguirmos manter o sistema democrático convencional. Finalmente, se a decisão desse poder-núcleo de poder no aparelho do Estado é de manter certas disposições que a Constituinte deseja eliminar, fatalmente marchamos para um conflito genuíno de poder.

O feito espetacular de que se revestiu a publicidade em torno dos incidentes da Praça XV estaria a indicar, para alguns observadores, que a possibilidade de um conflito institucional não deve ser desprezada. No entendimento dessas forças, esse texto de Constituição é inegociável. Ou se chegará a outro ou teremos no Brasil graves acontecimentos, capazes de interromper a transição democrática.

Finalmente, cumpre registrar a extrema preocupação com a crise e a hipótese de uma eleição direta que só favorece candidatos pouco simpáticos ao estamento, como Leonel Brizola. De um modo geral, a alta hierarquia militar defende o mandato de seis anos, na esperança de que o Brasil consiga superar a crise até a próxima sucessão presidencial, lá pelos idos de 1990.

se estude uma série de fatos que estão ocorrendo em todo País. O que aconteceu no Rio foi uma ação de guerrilha urbana, que poderia ter consequências mais graves”. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que hoje vai a Brasília e amanhã retorna ao Rio de Janeiro para acompanhar diretamente as apurações envolvendo o atentado contra o presidente José Sarney.

— Nós não vamos divulgar nomes dos possíveis líderes do atentado, o que ocorreu com o Presidente foi uma barbaridade, e por isso podemos determinar a prisão de todos os mandantes deste atentado. A Lei de Segurança Nacional prevê isso para esse tipo de crime. E simplesmente inexplicável o que ocorreu com o Presidente, e por isso temos que investigar realmente a origem de todos esses fatos — disse Tuma.

## Ilhéus pede novo regime e 4 anos

Salvador — A adoção imediata do regime parlamentarista, “por ser o sistema de governo em que o povo participa mais diretamente do poder”, e a fixação de um mandato de quatro anos para o presidente da República são as principais sugestões à Assembleia Nacional Constituinte contidas na “Carta Política de Ilhéus”, documento final do seminário político que reuniu as principais lideranças políticas do sul da Bahia, durante o fim de semana, na cidade de Ilhéus, a 462 quilômetros de Salvador.

O documento defende ainda uma política tributária menos conservadora e mais eficiente, “que venham constituir-se num instrumento legal de melhor distribuição da renda nacional, com impostos diretos e progressivos de maior incidência sobre a renda e o capital do que sobre o trabalho assalariado” e pede maior participação dos municípios na renda tributária, de modo a assegurar melhor equilíbrio do sistema federativo.

## Sarney está brincando, diz Cotta

Amigo pessoal de Tancredo Neves, de quem foi confidente e secretário de Governo, o deputado Carlos Cotta (PMDB-MG) acha que o presidente José Sarney está “brincando de ser presidente”. A seu ver, a situação nacional seria totalmente diferente se Tancredo fosse vivo, mas compreende o que está acontecendo porque “o Sarney é o presidente da fatalidade”.

Carlos Cotta, politicamente muito ligado ao governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, entende que o mandato do presidente José Sarney deve ser, no máximo, de quatro anos, adotando-se, o mais cedo possível, o regime parlamentarista para evitar que continue o descalabro administrativo.

REPULSA  
A convenção do PMDB em julho próximo concluirá, na sua opinião, pela separação do partido do “desgoverno do presidente Sarney”. “A Nova República já está esclerosada precocemente e o seu caminho é diferente dos passos e da luta do PMDB pela democracia, contra o arrocho salarial, contra a recessão, contra o desemprego, contra a corrupção e contra a volta do País ao FMI”.

Entre as provas de que o Presidente da República está brincando de ser presidente, Carlos Cotta cita a determinação para que os ministros não se ausentem de Brasília com tanta frequência. “É evidente que nenhum ministro atendeu a sua ordem. Muitos até aproveitaram-se desta oportunidade para incrementar seus turismos internos.

O mandato do Presidente deve ser, para Cotta, de apenas quatro anos. “Não só pelo compromisso assumido por Tancredo Neves, como pelo descalabro atual. Os descaminhos administrativos, como a compra de alimentos deteriorados e a operação Patrícia, estão aí”, lembra Cotta que conclui:

“Temos, ainda, planos mirabolantes e fantasmagóricos, como o Cruzado, e o famigerado Plano Bresser Pereira, que arrocha os salários dos trabalhadores e confisca os ganhos dos pequenos poupadores”.

Brossard, que foi avisado dos incidentes por um telefonema a Viena do ministro interno José Fernando Cirne Lima Elchenberg, negou que tenha antecipado o seu retorno ao Brasil. Segundo ele, o seu encontro ontem, no aeroporto do Rio, com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, não passou de uma coincidência.

A ausência do relator Bernardo Cabral, que se encontrava em Pernambuco, esvaziou a primeira reunião plenária da Comissão de Sistematização após a publicação do projeto constitucional. Iniciada às 15h de ontem, no plenário da Câmara dos Deputados, a sessão foi encerrada 40 minutos depois simplesmente porque o regimento interno da Constituinte não prevê a hipótese de impedimento do relator.

O Senador Afonso Arinos, presidente da Comissão, ainda tentou viabilizar o encontro, designando o relator adjunto Nelson Jobim para ler o projeto em nome do deputado Bernardo Cabral. Tentativa inútil: antes mesmo que Jobim subisse à tribuna, a deputada Sandra Cavalcanti, relatora auxiliar, foi ao microfone contestar a decisão, que segundo ela seria anti-regimental. A Arinos nada mais restou do que reconhecer o equívoco.

Após o incidente, cinco parlamentares revezaram-se ao microfone, todos procurando denunciar as discussões em torno da proposta constitucional. O deputado José Genoino, por exemplo, queria saber dos critérios utilizados pelo relator para elaborar o seu projeto. Adolpho de Oliveira pediu informações acerca da abrangência das emendas à matéria, se seriam apenas de forma ou poderiam alterar o mérito. Wilson Martins revelou que pretende emen-

dar pontos importantes do projeto, enquanto Ademir Andrade convocou os relatores adjuntos, sem sucesso, a falarem sobre o trabalho que desenvolveram.

De concreto mesmo, apenas a decisão do Senador Afonso Arinos de manter a convocação de nova sessão para a noite de hoje, às 20h. Como o regimento prevê que as reuniões se realizarão sempre às 9h da manhã, ele concordou com o deputado Inocêncio Oliveira em classificar a hoje como sessão extraordinária.

Outro ponto esclarecido pelo senador, mas que apenas copia idêntico procedimento adotado nas fases das subcomissões e comissões temáticas, é que todos os parlamentares, membros ou não do grupo de Sistematização, terão direito de apresentar emendas ao projeto constitucional.

Como é de seu estilo, Afonso Arinos também não esqueceu um discurso de exaltação às tarefas atribuídas à sua Comissão. Criticou as “contradições artificiais” e concluiu os colegas a desenvolverem um trabalho de alto nível intelectual. A virtude e a dificuldade da Constituinte estão, segundo ele, no fato de serem os parlamentares, a um só tempo, arquitetos e engenheiros do edifício constitucional: “Estamos planejando e construindo simultaneamente. É uma tarefa difícil, mas altamente democrática”.

## Relator recebe críticas

Bernardo Cabral viajou para Recife e inviabilizou a primeira reunião da Comissão de Sistematização. Era esse o comentário entre os constituintes indignados com a ausência do relator no dia em que deveria começar a discussão do relatório. Para o deputado José Genoino (PT-SP), esta atitude é um absurdo e um desrespeito. “Ficamos sem informação e com quorum, enquanto ele vai a Pernambuco fazer uma conferência”, disse Genoino. “Eu sou suplente e estou aqui, por que ele deveria falar?” questionou ainda. Havia 52 membros titulares presentes à reunião e 11 suplentes, o que garantia número para a abertura do encontro e aprovação por maioria de qualquer votação.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), concordou com Genoino quanto à inviabilização da reunião. Já a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) acha que a reunião não foi perdida, pois passa a contar no cronograma. Ela considera, no entanto, que Bernardo Cabral não poderia ter viajado, lembrando que o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte é claro quanto a isto: “Na ausência do relator, ninguém pode substituí-lo, mesmo que sejam os adjuntos”, ressaltou.

Sandra Cavalcanti aproveitou a oportunidade para lembrar

das “manobras” feitas pelo PMDB na hora de compor o quadro de relatores adjuntos de Cabral. “O PMDB não admitiu constituintes de outros partidos e queria aqui, nesta primeira reunião, colocar um dos relatores da equipe de Bernardo Cabral para substituí-lo, o que é anti-regimental”, acrescentou.

O senador Wilson Martins (PMDB-MS), um dos quatro relatores adjuntos de Bernardo Cabral, esclareceu que a substituição, além de ser anti-regimental, não seria adequada para a tarefa de discutir o relatório. “Deve-se ter uma abordagem global de todas as matérias do anteprojeto. Cada um de nós tratou de uma parte deste todo, então não poderíamos dar, isoladamente, esta visão global”, ressaltou.

Para José Genoino, o que aconteceu ontem pode trazer consequências aos próximos encontros da Comissão de Sistematização. “Pode complicar um pouco, dificultar, porque perdemos um dia quando poderíamos obter um quadro global do anteprojeto. Hoje não aconteceu nada. Ficamos sem parecer, sem nada”, dizia o constituinte, indignado. Para ele, esta primeira reunião seria fundamental para esclarecer vários pontos e os critérios que envolveriam a elaboração do texto de Cabral.

## Adolfo vê falhas no anteprojeto

Na manhã de ontem, enquanto eram apresentadas as primeiras emendas à Comissão de Sistematização, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), coordenador do grupo de oito relatores auxiliares, criticava o anteprojeto de relator Bernardo Cabral, apontando conceitos contraditórios ou repetidos e remissões equivocadas.

Um dos exemplos citados por Oliveira refere-se aos artigos 324 e 183. O primeiro veta o acúmulo de aposentadorias ressaltando “o disposto no artigo 183”, onde o assunto é outro: competências do primeiro-ministro. Mas o deputado fluminense faz questão de ressaltar que não critica o relator. “Para o Bernardo dou sempre nota 10, mas ele foi muito mal assessorado”, diz, dirigindo suas falpas especialmente ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e ao deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Oliveira calcula que apresentará cerca de 40 emendas ao anteprojeto, mas ainda não as elaborou. O movimento no setor de recebimento foi fraco na manhã de ontem: até o meio-dia, foram entregues 11 emendas, sete das quais do deputado Renato Viana (PMDB-SC).

Vianna acordou cedo e quando as funcionárias encarregadas de receber emendas chegaram ao Congresso às 9h, ele já estava lá, aguardando. Uma das emendas que apresentou tenta impedir a criação imediata de novos estados.

Na fase atual, não cabem emendas de mérito, pois a Sistematização consiste em compatibilizar os anteprojeto das oito comissões temáticas. Além de lá, apenas o deputado Ivo Malnardi (PMDB-RS) apresentara emendas até o meio-dia de ontem, mas, nos cinco dias de prazo, são esperadas mais de 10 mil.

## Emenda corrige: a capital é Brasília

“Brasília é a capital da República e o Distrito Federal é a sede do Governo Federal”. Este texto constitui uma das sete emendas do deputado Renato Viana (PMDB-SC) as primeiras a serem apresentadas ao anteprojeto de Constituição elaborado por Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Ele não perdeu tempo e ontem de manhã, assim que foi aberto o período destinado a emendar o texto de Cabral, encaminhou duas emendas modificativas, duas aditivas, duas supressivas e a substitutiva que inclui o texto acima no parágrafo

1º do artigo 44 (“O Distrito Federal é a capital da União”).

Renato Viana foi o primeiro a entregar emendas no início deste período. O senador Wilson Martins (PMDB-MS) anunciou durante a reunião da Comissão de Sistematização que pretende encaminhar emendas modificativas a cerca de 30 artigos do anteprojeto de Constituição, com o objetivo de enxugar o texto. Pediu ao presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, em requerimento, que ele distribua aos constituintes cópias das emendas que pretende apresentar.

## Brossard e Tuma voltam para apurar o atentado

Rio — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, esteve reunido ontem de manhã, no Aeroporto Internacional do Rio, com o diretor-geral de Polícia Federal, Romeu Tuma, para traçar os rumos das investigações do atentado ao presidente José Sarney, ocorrido na última quinta-feira, no Paço Imperial. Romeu Tuma, que havia chegado de Lyon, na França, onde participou de um congresso da Interpol sobre moeda falsa, chegou momentos antes do ministro Brossard que veio de Viena, onde esteve em um congresso de entropentes.

Após a reunião, realizada na sala Vip do Aeroporto Internacional, e que não durou mais de meia-hora, o ministro Paulo Brossard seguiu para Brasília num avião da FAB. Antes do embarque, o ministro disse em entrevista à imprensa, que já estava a par da violência ocorrida no Rio contra o presidente

José Sarney, pois tinha entrado em contato com o Presidente por telefone. Paulo Brossard falou ainda que o seu ministério está preocupado com a violência de um modo geral e que vai ser recebido hoje pelo Presidente em audiência.

— De certa forma, foi bom que isto tenha acontecido — continuou o ministro —, pois prova que nós no Brasil não estamos livres desse tipo de atentado e daqui para frente vamos tomar providências para evitar que volte a acontecer.

O diretor-geral da Polícia Federal ficou ontem no Rio para ter um encontro com o diretor regional da Polícia Federal, Fábio Calheiros, para saber em que pé estão as investigações do atentado.

### GUERRILHA

“Para se analisar o que ocorreu fiamente na noite da última quinta-feira, é preciso antes que

## “Fatos assim não vão se repetir”

Fatos como o ocorrido no Rio, na quinta-feira, quando manifestantes tentaram atingir o presidente Sarney com pedradas, não voltarão a se repetir. A garantia foi dada ontem, em Brasília, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, que apontou lições que podem ser tiradas do incidente: “A sociedade toma conhecimento de pessoas interessadas em processos nazi-fascistas que utilizam a violência para aterrorizar seus adversários.

Afirmando que atentar contra a integridade do presidente da República é crime contra a segurança do Estado, Brossard garantiu a punição com a lei dos responsáveis —

“pertencentes a setores quantitativamente insignificantes” — e a não repetição de fatos semelhantes. Apesar de não fornecer os nomes já envolvidos no inquérito nº 38/87 já que o assunto está sendo tratado no âmbito da Polícia Federal, o ministro leva hoje pela manhã maiores informações sobre as investigações ao presidente José Sarney.

Segundo recomendação do Palácio do Planalto, os responsáveis pelo atentado serão punidos com a Lei de Segurança Nacional (LSN) julgados em tribunais militares. O artigo 27 da LSN prevê como pena para “ofensa à integridade corporal do presidente da República” reclusão de 1 a 3 anos

e para lesões graves a pena de 3 a 15 anos. Outro artigo da lei que também poderá ser combinado é o de número 20, que penaliza “atentado pessoal ou atos de terrorismo por inconformismo político” com reclusão de 3 a 10 anos, sendo que para lesões graves a pena é dobrada.

Brossard, que foi avisado dos incidentes por um telefonema a Viena do ministro interno José Fernando Cirne Lima Elchenberg, negou que tenha antecipado o seu retorno ao Brasil. Segundo ele, o seu encontro ontem, no aeroporto do Rio, com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, não passou de uma coincidência.